

Sudene reforça articulação regional no Nordeste

Solenidade contou com a presença de governadores e lideranças

Ao participar da solenidade de posse do governador de Alagoas, Paulo Dantas, como presidente do Consórcio Nordeste, o superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Francisco Alexandre, destacou a integração institucional como eixo central para impulsionar um desenvolvimento mais justo, sustentável e competitivo na Região. O evento ocorreu na última quarta-feira (5), em Maceió, e marcou o início da gestão 2026 do colegiado interestadual.

A cerimônia reuniu governadores dos nove estados nordestinos, ministros do Governo Federal e autoridades estaduais, que acompanharam a oficialização da nova presidência e a apresentação das diretrizes estratégicas que irão nortear a atuação do Consórcio Nordeste ao longo do próximo período.

Inovação

Em seu pronunciamento, Francisco Alexandre ressaltou que a atuação articulada entre a Sudene e o Consórcio Nordeste é fundamental para potencializar políticas públicas voltadas à melhoria da infraestrutura regional, à transição energética, à inovação tecnológica e ao fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Segundo ele, essas ações são estratégicas para ampliar a geração de emprego, renda e elevar a qualidade de vida da população nordestina.



Superintendente Francisco Alexandre destacou que trabalho conjunto

O superintendente destacou ainda que a presença da Sudene na solenidade simboliza o alinhamento entre o planejamento regional e os mecanismos de cooperação interfederativa liderados pelo Consórcio. Sob a presidência de Paulo Dantas, a entidade reafirma o compromisso com a implementação do Plano Brasil Nordeste de Transformação Ecológica e com a ampliação de parcerias entre estados, Governo Federal e instituições técnicas.

Desenvolvimento

Francisco Alexandre afirmou que o trabalho conjunto com os en-

tes consorciados representa um vetor decisivo para consolidar uma agenda de desenvolvimento sustentável, capaz de atrair investimentos estruturantes e promover inclusão produtiva e social em todo o Nordeste.

Ampliação de empregos

Durante o evento, o governador Paulo Dantas reforçou o compromisso de conduzir uma gestão pautada pela cooperação entre os estados.

"Nossa principal agenda é ampliar a geração de emprego e o acesso ao crédito na Região. O objetivo é transformar articulação política em resultados concretos

para a vida das pessoas", afirmou.

A posse ocorreu na última semana durante a 1ª Assembleia Geral Ordinária de Governadores e Governadoras de 2026 e contou com a presença do ministro dos Transportes, Renan Filho; do advogado-geral da União, Jorge Messias; e dos governadores Carlos Brandão (MA), Elmano de Freitas (CE), João Azevêdo (PB), Rafael Fonteles (PI), Fátima Bezerra (RN), Raquel Lyra (PE) e Fábio Mitidieri (SE), além do vice-governador da Bahia, Geraldo Júnior, e de lideranças políticas de Alagoas e representantes institucionais.

Bahia amplia ações e avança na proteção da cacauicultura

O governo do estado da Bahia vem ampliando ações, investimentos e articulações para fortalecer a lavoura cacauícola e proteger os produtores, garantindo a sustentabilidade de uma das culturas mais importantes da economia baiana. Como parte desse esforço, por determinação do governador Jerônimo Rodrigues, foi instalada a Comissão para Discussões Iniciais da Cacauicultura, reunindo representantes do setor produtivo, órgãos técnicos, entidades e parlamentares para a construção de soluções imediatas e estruturantes.

Nesse contexto, o Governo da Bahia tem realizado reuniões estratégicas em diferentes regiões do estado, com a participação de representantes do Governo Federal, de diversos órgãos que atuam



A expectativa é que as medidas articuladas tragam respostas

na pauta do cacau, além de produtores, prefeitos e lideranças do setor. No dia 30 de janeiro, em Gandu, o encontro reuniu autoridades e representantes da cadeia produtiva e contou com a presença do ministro da Casa Civil, Rui

Costa.

Em Salvador, uma nova reunião ampliou o diálogo, consolidando encaminhamentos práticos para enfrentar os desafios do setor. Durante o encontro realizado na sede da Companhia de

Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), foi definida uma agenda de ações urgentes junto ao governo federal, voltadas à recomposição da renda do produtor, à garantia de maior transparência no mercado e à proteção sanitária da lavoura.

O diretor-presidente da CAR, Jeandro Ribeiro, membro da comissão, destacou que o momento exige união e agilidade nas decisões. "O governador Jerônimo Rodrigues determinou prioridade absoluta para essa pauta. Já realizamos reuniões importantes, envolvendo produtores, prefeitos, ministérios e órgãos federais, e avançamos em pontos estratégicos. Criamos um grupo de trabalho coordenado", afirmou.

PI: seminário sobre ICMS mobiliza gestores

Mais de 500 gestores e técnicos dos 224 municípios piauienses participaram do evento "Selo Ambiental na Prática: Rumo às Metas de 2027", no auditório da Ordem dos Advogados do Piauí (OAB-PI), em Teresina. Promovido pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), o encontro teve como foco orientar os municípios sobre as regras e mudanças do Selo Ambiental / ICMS Ecológico 2026/2027.

Durante o evento, o secretário estadual de Meio Ambiente, Feliphe Araújo, explicou que o processo está estruturado em três etapas. A primeira refere-se ao edital já lançado, que reúne o Selo Ambiental e o Sementes Ecológicas, com inscrições já abertas e com prazo até dia 10 de março.

"Nesse período, as cidades devem postular conforme os critérios definidos para cálculo da arrecadação de 2026", disse.

O segundo eixo apresentado foi o Pacto pelo Meio Ambiente, que já conta com a adesão de 115 municípios, prevendo ações de cooperação entre Estado e prefeituras, como capacitação de brigadas, apoio técnico e entrega de equipamentos de proteção. Entre as principais mudanças para o ciclo 2026/2027 está a criação de uma cláusula de barreira para o Selo A, que passa a exigir o fechamento definitivo dos lixões até 30 de dezembro de 2026.

Ainda segundo Feliphe Araújo, a medida é uma ação conjunta com o Ministério Público e o Tribunal de Contas e busca enfrentar um grave problema ambiental e de saúde pública. "O ICMS Ecológico é um importante instrumento de fortalecimento da gestão ambiental municipal e de indução ao desenvolvimento sustentável", pontuou.

Outra alteração relevante é a nova forma de cálculo da pontuação, que passará a considerar a média dos últimos três anos, garantindo maior estabilidade na arrecadação dos municípios, mesmo em casos de mudança de gestão ou dificuldades pontuais.

De acordo com o assessor técnico da Semarh, João Evangelista, a orientação geral e adequada desde o início do processo é fundamental para o entendimento.